AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL – VENEZUELA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

ELIEL WALDVOGEL CARDOSO*

1) Introdução

Neste artigo buscamos apresentar uma proposta de pesquisa sobre as raízes históricas mais imediatas do processo de aproximação diplomática verificada entre o Brasil e a Venezuela nos últimos anos. Nossa perspectiva é a daquele que analisa essas relações a partir da encruzilhada em que se encontraram os governos desses dois países – como tantos outros – frentes às diversas transformações observadas no âmbito da economia e da política internacional nas últimas décadas do século XX, e que se viram conceitualmente reunidas sob o título de *globalização*. Vimos propor a transição desse tema geral da globalização para a especificidade das relações entre dois países, colocando-os no contexto da posição latino-americana frente à nova condição do sistema internacional.

Interpretamos os processos recentes de transformação das relações diplomáticas na América Latina a partir da perspectiva de que a globalização pautada pela liberalização econômica dogmática tal como vinha sendo observada durante o início da década de 1990 não é a única forma possível ou eficaz de organização das relações internacionais da região. É, antes, a implementação de uma escolha politicamente condicionada. E a hipótese que apresentaremos é a de que as transformações por que passou a cooperação entre Brasil e Venezuela desde a ascensão de Hugo Chávez se construíram sobre uma tendência já iniciada nos anos imediatamente anteriores, quando se verificou um questionamento da tradição sul-americana de privilegiar os laços diplomáticos com os Estados Unidos.

2) O conceito de globalização

** BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Quando em 1989 tornou-se claro para a maioria dos analistas que o período da Guerra Fria nas relações internacionais chegava ao fim, inúmeras tentativas de identificar as tendências mais importantes para os anos que viriam foram publicadas em todo o mundo. E no vocabulário desses trabalhos uma previsão ganhou prestígio: previa-se que a era da globalização havia chegado. Muito embora já fosse um conceito relativamente familiar para os acadêmicos em ciências sociais desde pelo menos a década de 1970, quando a economia global sofreu fortes abalos em decorrência dos choques do petróleo (1973, 1979) ao mesmo tempo em que as corporações transnacionais expandiam sua atuação no exterior, foi a partir do final dos anos 1980 e começo dos 1990 que a globalização tornou-se palavra corrente dentro e fora dos meios acadêmicos. Assim é que não só economistas, mas também historiadores, sociólogos e juristas passaram a dedicar parcela significativa de sua produção acadêmica a discussões voltadas ao tema. E não foi apenas na academia que o tema da globalização causou impacto, mas também nos canais de mídia, nos meios políticos e por outros canais da sociedade. Pode-se mesmo afirmar que, nesse período, a ideia de globalização se globalizou.

Algumas características da "Velha Ordem" são amplamente reconhecidas como tal e também pela velocidade com que perdem as cores fortes que outrora ostentaram. Queremos nos referir aqui à centralidade do Estado tanto na ordem política nacional quanto internacional, como definidor exclusivo das agendas econômica e política. O que se percebe é que a intensificação dos laços econômicos entre os países terminou por dificultar sobremaneira a antiga iniciativa econômica estatal unilateral, fazendo a cooperação mais necessária do que nunca mesmo para a consecução de políticas econômicas classicamente entendidas como eminentemente nacionais. A percepção desse fenômeno, mesmo sendo bastante difundida, dá margem a diferentes interpretações. Uma das principais fontes de discórdia diz respeito à questão de se saber se os Estados estariam todos sendo igualmente atingidos por transformações que vêm de fora de suas capacidades de interferência ou se haveria certos Estados mais vulneráveis do que outros, inclusive com esses últimos beneficiando-se dessa disparidade de poder para forçar mudanças políticas que consolide e incremente a desigualdade. A essa controvérsia, importante para nossa reflexão, nos voltaremos mais adiante. Também podemos notar que essa antiga proeminência do Estado em alguns casos vem sendo

enfraquecida no âmbito doméstico pela revalorização do particularismo, do específico, mas mesmo esse processo de dispersão de antigas prerrogativas do Estado pode ser relacionado aos traumas causados pelo dramático esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista adotado por décadas e então substituído pelo modelo neoliberal. Devemos fazer a ressalva de que o Estado venezuelano, grande exportador de petróleo, goza assim de mecanismos de defesa macroeconômicos particulares, e por isso mesmo exige uma aproximação analítica mais cautelosa.

Andrew Hurrel e Ngaire Woods, professores de Relações Internacionais na Universidade de Oxford observam que a integração tecnológica se dá em um mundo marcado pelas assimetrias de poder, seja econômico ou militar. Tais assimetrias ocupam espaço importante na análise da globalização na medida em que se percebe que os Estados não estão todos igualmente indefesos frente à emergência de uma nova realidade internacional. Há diferença entre os Estados globalizantes, dotados de maior capacidade de moldar a agenda internacional, e os globalizados, mais ou menos vulneráveis às contingências ditadas no sistema global. A globalização, tal qual se observa, aparece então não como triunfo de uma ideologia por seus méritos persuasivos, mas enquanto processo de dominação executado por certo grupo de países, aliados a elites dirigentes no antigo Terceiro Mundo. Aqueles que adotam esse ponto de vista freqüentemente se mostram mais sensíveis àqueles fenômenos indesejados que também se globalizam: o crime organizado, as epidemias, as catástrofes naturais, o trânsito de imigrantes ilegais e refugiados de guerra, e a desigualdade entre ricos e pobres tanto dentro dos países como entre eles. Também segue por essa linha mais atenta às discrepâncias da globalização o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, quando escreve:

> *A globalização, longe de ser consensual, é, como veremos, um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas* (SANTOS, 2002:27).

3) A globalização político-econômica: o neoliberalismo e a América Latina

Sabe-se que esse novo fôlego de globalização observado com o final da Guerra Fria vem imbuído da ideologia liberal – ou neoliberal – que caracterizou as reformas econômicas levadas a cabo nos EUA e no Reino Unido sob condução do Presidente Ronald Reagan e da Primeira-Ministra Margareth Thatcher. Na verdade, os aspectos econômicos da globalização foram sempre muito mais notados do que os aspectos culturais e políticos, cuja evolução sempre foi mais lenta. A nova organização da economia que emerge ao final do último século apresenta as características marcantes: da financeirização, onde o capital financeiro engrandece sua importância e disponibilidade em detrimento do capital produtivo; da revolução técnica e, conseqüentemente, dos decrescentes preços relacionados ao transporte e comunicação em escala global; da inédita posição de prestígio das instituições financeiras multilaterais e das empresas transnacionais frente aos Estados isolados; e da diminuição da importância do Estado como agente econômico, na medida em que o próprio investimento adquire escala global. Inspirados por essas reformas que aconteceram nos EUA e Reino Unido, economistas do FMI, do BIRD, do Tesouro norte-americano e de diversos países da América Latina realizaram um conjunto de trabalhos e reuniões em Washington D. C., no início dos anos 1990. Participaram também consultores econômicos independentes e membros do Congresso dos EUA. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de inspiração liberal. Privilegiavam a abertura dos mercados e o recuo da participação estatal na economia – marca do longo período desenvolvimentista na América Latina – como forma de solucionar os problemas que muitos países vinham enfrentando já desde os choques do petróleo na década de 1970: crise fiscal, inflação intensa, *déficits* em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente, baixa produtividade de empresas nacionais superprotegidas e distorções na distribuição da renda funcional e regional. Dez foram os pontos considerados estratégicos pelo economista John Williamson, do Institute of International Economics:

1 – disciplina fiscal;

2 – priorização do gasto público em saúde e educação;

3 – realização de reforma tributária;

4 – estabelecimento de taxas de juros positivas;

5 – apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo;

6 - desmonte de barreiras tarifárias e para-tarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais;

7 – liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro;

8 – privatização das empresas públicas;

9 – ampla desregulamentação da economia;

10 – proteção à propriedade privada.

O Consenso de Washington, como ficou conhecido este conjunto de recomendações, passou a ser aplicado de forma generalizada nos anos 1990, como resposta à profunda crise econômica que afetava diversos países de nossa região. Para a América Latina foi formulado o Plano Brady, que promoveu a renegociação da dívida externa de diversos países, concedendo descontos sobre o montante e os juros da dívida, sob a condição de que as políticas do consenso fossem implementadas. Nas palavras do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães:

> *O Plano Brady tornou possível renegociar a dívida externa e lançar o Plano Real, que por meio de um sistema de âncora cambial, de abertura para importações e de elevadíssimas taxas de juros consegue o forte apoio de capitais de curto prazo, e reduzir as taxas inflacionárias de forma significativa* (GUIMARÃES, 1995:157).

Aquela nova forma de organização econômica mundial que emergia desde finais da década de 1970 extraiu muito de sua força pelo caráter mutuamente reforçador que apresentavam seus diversos caracteres. Um dos aspectos da nova política econômica estadunidense mencionada acima foi a elevação dos juros, num movimento que iniciou a reversão do fluxo de capitais, adquirindo então o sentido do Sul para o Norte. Isto contribuiu muito para a crise da dívida externa dos países da América Latina, por exemplo, que se recrudesceu sobremaneira no período mencionado, devido à alta dos

juros de empréstimos contratados no período imediatamente anterior, quando os petrodólares abundavam no mercado financeiro internacional.

Uma vez estabelecidos estes conceitos de *Globalização* e do *Consenso de Washington*, marcos contextuais de nossa pesquisa, passamos às próximas seções onde nos voltamos para a retomada dos momentos cruciais da aproximação diplomática entre o Brasil e a Venezuela.

4) Brasil e Venezuela do Consenso de Washington a 1998

A aplicação das recomendações do Consenso de Washington não se deu de maneira uniforme nos países da América Latina. Embora quase todos levassem a cabo reformas econômicas de inspiração semelhante e num mesmo período – fins da década de 1980 e início dos anos 1990 – houve divergência quanto à abrangência e profundidade do processo. O Chile, que já vinha liberalizando sua economia desde alguns anos antes sob a liderança de Pinochet, a Argentina e o México são freqüentemente listados como os países que mais fielmente executaram as transformações. Venezuela e Brasil encontram-se no grupo de países mais reticentes, que buscaram manter certas características-chave do período desenvolvimentista enquanto reformavam também diversos setores da economia. No caso venezuelano, embora muitas empresas estatais estivessem sendo privatizadas durante o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez, do partido Ação Democrática (AD), (1989-1993), a estatal petrolífera Petróleos de Venezuela, S. A. (PDVSA) constituiu exceção.

Mesmo reticente, a reforma econômica venezuelana provocou descontentamento em diversos setores da população. Já em fevereiro de 1989 uma manifestação popular contra o programa econômico do novo governo e cujo estopim fora o aumento do preço das tarifas de transporte público, foi duramente reprimida e contabilizou o saldo de centenas de mortos, segundo estimativas conservadoras. Fontes extra-oficiais elevam os números a mais de mil pessoas. Esse evento marcaria profundamente a derrocada do sistema político até então vigente no país, caracterizado pela alternância das duas maiores agremiações políticas da nação: a Ação Democrática (AD, social-democrata) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei, democrata cristão). O *Pacto de Punto Fijo*, como era conhecido o concerto bipartidário que garantiu a

democracia na Venezuela durante as décadas anteriores, assistiu a um traumático esgotamento durante os anos 1990, quando aconteceram duas tentativas de golpe de Estado em um mesmo ano (1992) – sendo o protagonista de um deles o então tenente-coronel Hugo Chávez – e também o *impeachment* de Carlos Andrés Pérez, acusado de corrupção (1993). No Brasil, o primeiro presidente eleito por voto direto desde 1960, Fernando Collor de Mello (1990-1992) – eleito pelo Partido da Renovação Nacional (PRN), agremiação pequena e de pouca tradição, mas que foi apoiado no segundo turno por uma ampla coalizão contra o candidato esquerdista Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) –, conduzia a abertura econômica. Em lamentável paralelo com a situação política venezuelana, renunciou em dezembro de 1992 numa fracassada tentativa de evitar o processo de *impeachment* a que estava submetido, também sob acusações de corrupção. Some-se às instabilidades políticas a tempestade econômica em que se encontravam Brasil e Venezuela, enfrentando problemas similares no que diz respeito às altas taxas de inflação com baixo crescimento da atividade econômica e mau estado das contas públicas. Agravava a condição venezuelana a baixa dos preços do petróleo observada ao final da década anterior.

Paradoxalmente, foi a partir dessa dramática situação que o Brasil e a Venezuela retomaram a aproximação diplomática. Sabe-se que historicamente a diplomacia venezuelana se caracterizou pela prioridade conferida às relações com os Estados Unidos e com os vizinhos caribenhos. Uma exceção sendo o período de articulação da OPEP, da qual o Brasil jamais fez parte. O Brasil, embora não escapasse durante o século XX da preponderância conferida por quase todos os países latino-americanos às relações com os EUA, possuía um portfólio mais diversificado em suas relações exteriores. Mesmo assim, concentrou-se em seus esforços de integração sul-americana principalmente com os países da bacia do Prata. Entretanto, incidentes com garimpeiros ilegais de origem brasileira, que atuavam em território venezuelano, forçaram uma aproximação entre os dois países já durante as gestões de Fernando Collor e Carlos Andrés Pérez. Passado esse momento, e com o fim das administrações então vigentes, o Vice-Presidente de Collor, Itamar Franco, assumiu a Presidência do Brasil em fins de 1992. Na Venezuela, Rafael Caldera voltava ao poder em 1994, oriundo histórico do partido conservador Copei, mas agora à frente de seu novo partido, Concertación, através do qual celebrara impensável aliança com a esquerda venezuelana. Foram esses

dois chefes de Estado que, em março desse mesmo ano e reunidos na Venezuela, firmaram o Protocolo da Guzmania, o marco da aproximação entre os dois países que perpassaria toda a década de 1990.

Com esse Protocolo explicitaram os Presidentes (Caldera foi empossado oficialmente alguns dias depois) a intenção de ampliar e aprofundar as relações bilaterais, detectando oportunidades de negócios para os setores público e privado e institucionalizando a cooperação através do estabelecimento de comissões mistas. Em Comunicado Conjunto divulgado ao término da reunião, fizeram referência à ampliação dos laços comerciais, à criação de uma área de livre comércio sul-americana, à necessidade de articular projetos técnicos comuns à PDVSA e à Petrobrás e propuseram o desenvolvimento sustentável da região amazônica compartilhada entre os dois países, referindo-se especialmente aos setores de infra-estrutura. Ainda durante o ano de 1994 se firmaria um Acordo de Complementação Econômica e também um Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Relações Exteriores tendo em vista o auxílio mútuo na formação de pessoal diplomático. Entre os dias 6 e 8 de setembro o presidente Caldera esteve no Brasil onde participou das celebrações em torno do aniversário de Independência do Brasil. Entrevistou-se com os dois principais candidatos à Presidência da República naquele ano, Luís Inácio Lula da Silva (PT, da esquerda) e Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, originalmente de centro, mas coligado com partidos da centro-direita brasileira), no que foi percebido pela imprensa venezuelana como mostra do consenso brasileiro quanto ao estreitamento das relações.

Durante o período em que coincidiram as administrações de Caldera e Cardoso a integração comercial entre Brasil e Venezuela aumentou na medida em que o primeiro passou do 11º ao 8º lugar de destino das exportações venezuelanas entre 1994 e 1996. Em 1998, já ocupava a terceira posição deste *ranking*. Em 1994 o Brasil era o sexto país que mais exportava para a Venezuela e em 1996 passara à quarta posição, mesmo posto que ocupou em 1998. Ao mesmo tempo os dois governos lideravam os esforços de aproximação entre a Comunidade Andina e o Mercosul. As propostas para conectar os dois blocos chegaram até a ambiciosa meta de um dia fundi-los. Paralelamente, o governo venezuelano estudava a possibilidade de estar filiado às duas organizações, fato

que acabou não se concretizando. Sobre as razões de tal evolução, o historiador Amado Luiz Cervo opina: "Durante as administrações dos presidentes Caldera, Chávez e Cardoso, de 1994 ao presente, o empenho pessoal dos chefes de Estado foi o motor principal da cooperação que engrandeceu nas esferas da ação política e econômica" (CERVO, 2001:176). Ainda de acordo com Cervo, vários seriam os benefícios de uma integração mais aprofundada entre as duas nações. Sabia-se já que o potencial de geração de energia nos rios da Venezuela próximos à fronteira é superior ao dos rios brasileiros na mesma região, podendo o país do norte vender energia ao seu vizinho do sul. Ainda sobre energia, mas variando a fonte, as exportações de petróleo da Venezuela para o Brasil cresceram durante os anos 1990. A integração dos transportes, esperava-se, deveria contribuir para a elevação dos fluxos de comércio. A esse respeito, frisou o embaixador Guimarães a necessidade de se dedicar atenção ao transporte marítimo entre os dois países, ao longo da costa do Atlântico, uma vez que a região Sudeste do Brasil, líder em atividade econômica, está distante da zona fronteiriça. Para a economia venezuelana, o mercado brasileiro oferecia enormes oportunidades de negócios ainda inexploradas, a começar pela região Norte do país, onde está sediada a Zona Franca de Manaus, enclave industrial no seio da floresta amazônica.

Apesar de ter sido bem-sucedido na condução das relações com o Brasil, o mesmo não se pode dizer da administração econômica doméstica do segundo governo de Rafael Caldera, que vivenciou três anos de recessão econômica em cinco anos de gestão. Se nos primeiros anos de seu mandato o Presidente Caldera procurou, auxiliado pelo seu Ministro do Planejamento, Teodoro Petkoff (do esquerdista Movimento ao Socialismo - MAS), desacelerar as reformas neoliberais em curso desde a gestão anterior, a crise financeira que atingiu o país na época o obrigou a buscar o auxílio financeiro do FMI em 1996, o que implicava nova adesão à receita econômica neoliberal. Sua popularidade como governante entrou em declínio e com ela a já combalida confiança dos venezuelanos na capacidade de solução dos problemas econômicos do país dentro do quadro político herdado do *Pacto de Punto Fijo*. Nas eleições de dezembro de 1998 elegeu-se, com 56,2% dos votos, o militar Hugo Chávez Frías (Movimento Quinta República – MVR, do qual foi fundador). A profundidade da mudança verificada na política venezuelana pode ser atestada pelo seguinte trecho do

artigo do cientista político Octavio Amorim Neto, em artigo bastante crítico ao atual Presidente Chávez:

> *Foi eleito para a presidência um militar golpista, Hugo Chávez, que, durante toda a campanha, atacou violentamente não apenas os partidos dominantes como toda a ordem política vigente, prometendo nada menos que a convocação de uma assembleia constituinte com poder para dissolver o Congresso. Ou seja, um* outsider *por excelência. Some-se a isto o fato de que a AD e COPEI chegaram ao fundo do poço em termos de cadeiras na Câmara de Deputados: 42,6%* (AMORIM NETO, 2001:94).

5) Brasil e Venezuela entre 1999 e 2006

Quando assumiu o governo em 1999, o Presidente Chávez passou a implementar diversas reformas políticas no país, dotando de um conteúdo prático aquele repúdio pelas instituições do regime de *Punto Fijo* que lhe serviu de plataforma eleitoral. Quanto à originalidade da política externa que seria implementada, há divergências entre os analistas. O cientista político Rafael Villa destaca a continuidade de algumas características centrais, de longo e de curto prazo, na política externa venezuelana praticada até então. Frisa o autor a dependência do petróleo na área da política comercial venezuelana, a estreita vinculação comercial com os Estados Unidos e a centralidade do Presidente da República na definição das diretrizes da política exterior (diplomacia presidencial). Não é o caso de que Villa negue qualquer alteração de rumo em comparação com o que vinha sendo desempenhado pelos governos anteriores. Em seu trabalho, reconhece mesmo uma mudança significativa: a adoção de uma atitude ideológica e hostil frente aos EUA. Identifica também, diversas alterações na estrutura política sob Chávez, mas localiza-as principalmente no âmbito da política interna. Já o historiador Paulo Fagundes Vizentini aponta para a "(...) emergência de um novo sistema político em 1998. Este formulou uma diplomacia própria, que retomou uma agenda terceiro-mundista, reativa aos efeitos negativos da globalização sobre os países periféricos" (VIZENTINI, 2001:57). Relata que, em marcado contraste com a tendência comercial liberalizante dos últimos anos, o governo de Chávez estabeleceu barreiras comerciais visando incrementar a atividade industrial doméstica. Em contrapartida, conferiu isenção de impostos a determinados investimentos estrangeiros. Não permanece esse autor insensível às continuidades no modelo de inserção internacional

da Venezuela. Aponta que no início da administração do novo Presidente, o setor petrolífero ainda respondia por aproximadamente 80% da renda estatal. E este setor permanecia conectado principalmente ao mercado norte-americano (47,8% das exportações de petróleo da Venezuela em 1999, ou US$ 21,058 milhões, tiveram como destino o país do norte).

Um elemento de continuidade unanimemente percebido foi a determinação do Presidente Chávez em levar adiante – e mesmo aprofundar – o estreitamento dos laços com o Brasil. Entre os anos de 2000 e 2002, consta que os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez se encontraram nada menos do que sete vezes! Buscando formas mais eficazes de inserção vantajosa nesse processo de globalização, acreditam as autoridades venezuelanas que a aproximação com o Brasil atende simultaneamente à necessidade de diversificar os laços comerciais, de modo a diminuir a dependência em relação aos EUA, de aumentar o poder de barganha nas negociações frente a esse sócio majoritário, e de prosseguir com os esforços implementados anteriormente na administração de Rafael Caldera. As perspectivas de convergência cada vez maior de interesse são alimentadas pela posição similar adotada pelos dois países por ocasião da crise política detonada no Peru em 2000. Naquele momento, os dois países obtiveram uma vitória diplomática ao resistirem conjuntamente às pressões dos EUA para coordenar punições ao Peru no âmbito da OEA. Segundo o entendimento dos dois países do sul, estava em jogo ali a criação de mais um precedente de intervenção estrangeira sob a bandeira da democracia. Em visita de Chávez ao Brasil, em abril de 2001, os dois Presidentes confirmaram a intenção de unir a Comunidade Andina e o Mercosul em acordo de livre comércio. O mandatário venezuelano voltou a mencionar a intenção de filiar a Venezuela ao Mercosul, "(...) primeiro como membro associado, depois como membro pleno" (CERVO, 2001:176), como recorda Amado Cervo. Essa nova aliança entre o Brasil e a Venezuela não é celebrada por todos. De um e de outro lado da fronteira, a integração encontra opositores preocupados com o desagrado que tal aproximação provoca em Washington, principalmente, mas também em Bogotá, antiga parceira prioritária da Venezuela na América do Sul. Os Estados Unidos lamentam principalmente a consolidação da posição brasileira de resistência ao modelo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que vinha sendo negociado, mas também

> *(...) teme que a influência crescente de Chávez na região, e a possibilidade da formação de um eixo extra-hemisférico com a China, cujo interesse pela América do Sul é crescente, possa fazer pender o equilíbrio de forças regionais em uma direção contrária aos interesses dos Estados Unidos* (LIMA & COUTINHO, 2007:25).

No âmbito interno, aparecem preocupações na mídia e demais setores ligados economicamente aos países do norte de que esses antigos vínculos passem a ser desprestigiados.

Em 11 de abril de 2002, uma grande passeata promovida em Caracas pela oposição ao governo resulta em tumultos generalizados e num golpe cívico militar contra o Presidente Chávez. Golpe esse que foi malsucedido, já que, apenas 48 horas depois, Chávez era reconduzido ao poder. Teria início então um processo de reconciliação nacional, bastante turbulento, conduzido sob a chancela da OEA, e que duraria todo o restante do ano de 2002. Ao Brasil, ainda que o ambiente político estivesse então paulatinamente voltando-se à eleição presidencial a ser realizada naquele ano, coube a iniciativa de solicitar junto à OEA a censura à Venezuela pela quebra da ordem constitucional. Uma vez empossado o novo Presidente, e como a tensão na Venezuela mantinha-se alta, o Brasil liderou a formação, já no dia 15 de janeiro de 2003, em Quito, do Grupo de Países Amigos do Secretário Geral da OEA para a Venezuela (Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México e Portugal). Naquele momento, a administração de Chávez se via num impasse político frente à greve geral coordenada a partir do setor petroleiro da economia mas que rapidamente se expandiu entre diversos setores. Ainda na gestão Fernando Henrique Cardoso, o governo brasileiro vendera à Venezuela um navio petroleiro com 82 milhões de litros de combustível, para amenizar a grave crise de abastecimento que a greve ocasionara, e com isso reduzir a vulnerabilidade do governo venezuelano. A solução acordada para a crise política foi a organização de um referendo revogatório, a ser realizado em 2004, quando deveria ser submetida ao julgamento eleitoral a permanência ou não do Presidente. A proximidade entre os Presidentes Lula e Hugo Chávez, ambos oriundos da oposição política de esquerda às reformas neoliberais dos anos 1990, transparece pelo fato de que em apenas quatro meses do mandato do Presidente brasileiro seu homólogo venezuelano já havia visitado o Brasil quatro vezes. Três vezes apenas no

mês de janeiro, sendo uma vez para a cerimônia de posse, outra em 18 de janeiro em virtude da formação do Grupo de Amigos e, por fim, no dia 26 para participar do III Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Em sua quarta visita ao Brasil, em abril de 2003, Hugo Chávez encontrou-se com Lula em Pernambuco, onde assinaram a Ata de Recife, através da qual firmavam a intenção de coordenar com os demais países da América do Sul a política comercial, no âmbito da OMC e do projeto da ALCA. Recordaram também a necessidade de se prosseguir nos esforços de integração física entre os países da região e de crescimento do comércio bilateral, com a participação da iniciativa privada. Ainda em agosto do mesmo ano o Presidente Lula visitou a Venezuela, onde comemorou com o mandatário venezuelano a recente assinatura do Acordo Geral entre a Petrobrás e a PDVSA e também pelo Acordo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e o governo venezuelano, conferindo créditos na ordem de um bilhão de dólares para projetos de infra-estrutura. Já em setembro do ano seguinte foi celebrado o III Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, em Manaus. Ali se expressaram as intenções de aprofundar as operações da PDVSA e da Petrobrás em ambos os países e também foi ratificado o apoio da Venezuela – outrora expresso pelo então Presidente Rafael Caldera, em seu segundo governo – à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tais desdobramentos levaram Villa a escrever em 2004 que a "(...) Venezuela es el país sudamericano con el cual Brasil tiene hoy en día las mayores afinidades sobre temáticas políticas y econômicas tanto globales como regionales" (VILLA, 2004:33). É importante ressaltar que após a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, elegeram-se em diversos países da América do Sul líderes que, se guardam suas particularidades de estilo, compartilham a característica comum de estarem mais à esquerda no espectro político do que seus antecessores. É o caso de Lagos, no Chile (1999), de Lula (2002), Kirchner (2003), Tabaré (2004) e Morales (2005). Essa guinada levou Maria Regina Soares de Lima e Marcelo Vasconcelos Coutinho a afirmar que: "Os anos de 2001 a 2006 são de crise e mudança, anos de redefinições e experimentação" (LIMA & COUTINHO, 2007:18).

A articulação entre Brasil e Venezuela prosseguiu e durante o ano de 2005 foram estabelecidos acordos para dar suporte à cooperação entre a PDVSA e a Petrobrás nas

áreas de extração, industrialização e comercialização de combustíveis. De fato, a questão energética é das mais relevantes no atual processo de integração sul-americana. Enquanto países como a Argentina e, em menor grau, o Brasil, apresentam notória vulnerabilidade no fornecimento de energia a suas economias, vizinhos como a Venezuela e a Bolívia dispõem de excedentes exportáveis ainda pouco explorados. A ata de Caracas, assinada pelos Presidentes Chávez, Lula e Kirchner, veio consolidar o projeto da Petrosul, e previa a construção das primeiras etapas de um gasoduto que, espera-se, deve conectar a Venezuela à Argentina, passando pelo território brasileiro. Em 2006 inaugurou-se o projeto que une os esforços da Petrobrás e PDVSA para exploração de petróleo na faixa do Orinoco. Ali se encontram mais de 230 bilhões de barris de petróleo exploráveis. Em novembro, o Presidente Lula visitou Ciudad Guayana para participar da inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, na divisa entre os dois países. Essa ponte, orçada em US$ 991 milhões, foi então a maior obra da história da construtora brasileira Odebrecht, conta com uma extensão de 3, 156 quilômetros por 25 metros de largura, sendo ferroviária e rodoviária. Por fim, nesse mesmo ano, foi assinada a adesão da Venezuela ao Mercosul, como membro pleno, e estabeleceu-se um escritório, no Rio de Janeiro, para que ali técnicos das duas estatais petrolíferas coordenem o processo de construção conjunta da refinaria Abreu Lima, a ser erguida em Pernambuco.

6) Conclusões

Ainda que existam no Brasil correntes políticas bastante representativas interpretando a cooperação dos governos de ambos os países durante a gestão do ex-presidente Lula como sinal de ideologização das relações exteriores brasileiras sem lastro na história política recente, buscamos demonstrar que essa perspectiva não resiste a uma análise mais acurada. É sabida a rejeição que a figura de Hugo Chávez desperta entre os setores conservadores no Brasil, que têm obtido relativo sucesso na construção de uma imagem bastante negativa do mandatário venezuelano junto aos principais canais de mídia. Ao historiador das relações internacionais, porém, compete a tarefa de explorar o objeto de sua pesquisa a um nível mais profundo do que aquele comumente encontrado no discurso propagandístico, e o que percebemos então é a continuidade de

um projeto de fortalecimento dos laços entre Venezuela e Brasil que possa diminuir a dependência histórica das respectivas economias frente às potências globais.

Bibliografia

AMORIM NETO, Octavio, De João Goulart a Hugo Chávez, *In:* GUIMARÃES, Samuel P. & CARDIM, Carlos H.(orgs.), **Venezuela: Visões Brasileiras**, Brasília: FUNAG, 2001.

BANDEIRA, Luiz A. M., O Brasil como Potência Regional, *In:* **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**, Brasília: FUNAG, 2009.

BATISTA JR., Paulo N., A América do Sul em Movimento, *In:* **O Brasil no Mundo que vem aí**, Brasília: FUNAG, 2007.

CERVO, Amado L., A Venezuela e seus Vizinhos, *In:* GUIMARÃES, Samuel P. & CARDIM, Carlos H.(orgs.), **Venezuela: Visões Brasileiras**, Brasília: FUNAG, 2001.

_____, Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina na virada do século, *In:* _____. **Relações Internacionais da América Latina**, Brasília: IBRI, 2001.

CHESNAIS, François (org.), **A Mundialização Financeira: Gênese, Custos e Riscos**, São Paulo: Xamã, 1998.

CORREA, Luiz F. de S., As Relações Internacionais do Brasil em Direção ao Ano 2000, *In:* FONSECA JR., Gelson & LEÃO, Valdemar C. (orgs), **Temas de Política Externa Brasileira**, Brasília: FUNAG: Ática, 1989.

COSTA, Darc & SILVA, Francisco C. T. da, **Mundo Latino e Mundialização**, Rio de Janeiro: MAUAD: FAPERJ. 2004.

FUKUYAMA, Francis, The End of History?, *In:* **The National Interest**, 16, Washington D. C.: The Nixon Center, 1989.

GUIMARÃES, Samuel P.(org.), **Brasil e Venezuela: Esperanças e Determinação na Virada do Século**, Brasília: FUNAG, 1995.

HURRELL, Andrew & WOODS, Ngaire, Globalisation and Inequality, *In:* **Millenium**, vol. 24, nº 3, Londres: LSE, 1995.

KEOHANE, Robert & NYE, Joseph, Globalization: What's new? What's not? (And so what?), *In:* **Foreign Policy**, Washington, D. C., Spring 2000.

KIELY, Ray & Marfleet, Phil, **Globalisation and the Third World**, 2. ed. Londres: Routledge, 2002.

LAFER, Celso, **Mudam-se os tempos: Diplomacia Brasileira – 2001/2002**, Brasília: IPRI: FUNAG, 2002.

LIMA, Maria R. S. de, & COUTINHO, Marcelo V.(orgs.), **A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI**, Brasília: FUNAG, 2007.

MARIANO, Karina L. P. & MARIANO, Marcelo P., O outro lado da integração regional: Mercosul como uma estratégia de desenvolvimento, *In:* NASCIMENTO, Amós, **Brasil: Perspectivas Internacionais**, Piracicaba: UNIMEP, 2002.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, **Política Externa do Governo Lula: Primeiros Dois Anos,** 2005.

SANTOS, Boaventura de.(org.), Os processos da globalização, *In:* _____, **A Globalização e as Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez, 2002.

VILLA, Rafael A. D., Política externa na administração Hugo Chávez, *In:* **Política Externa**, vol. 13, Nº 1, São Paulo: Paz e Terra, Junho/Julho/Agosto 2004.

_____, Dos etapas em la política exterior venezolana frente a Estados Unidos em El período de Hugo Chávez, *In:* **Cuadernos Del Cendes**, año 21. Nº 55, Caracas: Universidad Central de Venezuela, enero-abril 2004.

_____, Venezuela: mudanças políticas na era Chávez, *In:* **Estudos Avançados**, vol. 19, Nº 55, São Paulo: IEA, Setembro/Dezembro 2005.

_____, Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo, *In:* **Política Externa**, vol. 14, Nº 4, São Paulo: Paz e Terra, Março/Abril/Maio 2006.

VIZENTINI, Paulo G. F., A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001), *In:* GUIMARÃES, Samuel P. & CARDIM, Carlos H.(orgs.), **Venezuela: Visões Brasileiras**, Brasília: FUNAG, 2001.

ZURITA, Alejandro M., **Venezuela-Brasil: La Historia de Sus Relaciones Desde Sus Inicios Hasta El Umbral del Mercosur (1500-1997)**, Caracas: FEPUVA, 1997.